Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 126: LEI DE DROGAS - IV 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 126 Brasília, 31 de maio de 2019

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 10/05/2019.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 126: LEI DE DROGAS - IV

1. Para a configuração do delito de tráfico de drogas previsto no *caput* do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, é desnecessária a aferição do grau de pureza da substância apreendida.

Julgados: RHC 57526/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 11/09/2015; RHC 57579/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 01/09/2015; RHC 53368/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 03/12/2014; HC 446553/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, publicado em 25/04/2018; RHC 050055/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, publicado em 09/10/2015;

2. Para fins de fixação da pena, não há necessidade de se aferir o grau de pureza da substância apreendida uma vez que o art. 42 da Lei de Drogas estabelece como critérios "a natureza e a quantidade da substância".

Julgados: RHC 63295/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 03/12/2015; RHC 57579/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 01/09/2015; RHC 57547/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 22/04/2015; RHC 53368/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 03/12/2014; AREsp 1246873/MS (decisão monocrática), Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, publicado em 27/04/2018;

(Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 42)

3. É imprescindível a confecção do laudo toxicológico para comprovar a materialidade da infração disciplinar e a natureza da substância encontrada com o apenado no interior de estabelecimento prisional.

Julgados: AgRg no HC 448115/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 07/05/2019; AgRg no HC 407301/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 12/06/2018; HC 406154/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 04/12/2017; AgRg no HC 394873/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 04/10/2017; HC 394872/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 01/08/2017; AgRg no HC 387306/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 08/05/2017; HC 411400/MG (decisão monocrática), Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, publicado em 16/11/2017;

4. A falta da assinatura do perito criminal no laudo toxicológico é mera irregularidade que não tem o condão de anular o referido exame.

Julgados: AgRg no REsp 1753268/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 14/03/2019; AgRg no REsp 1731444/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 20/06/2018; RHC 97687/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 25/05/2018; HC 279546/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 10/04/2014; HC 278930/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 04/12/2013;

5. É possível a aplicação do princípio da consunção entre os crimes previstos no § 1º do art. 33 e/ou no art. 34 pelo tipificado no *caput* do art. 33 da Lei 11. 343/2006, desde que não caracterizada a existência de contextos autônomos e coexistentes, aptos a vulnerar o bem jurídico tutelado de forma distinta.

Julgados: AgInt no AREsp 1237014/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 03/09/2018; HC 349524/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 30/05/2017; REsp 1470276/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 13/09/2016; HC 346077/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 25/05/2016; HC 266516/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 03/02/2015; AgRg no AREsp 303213/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 14/10/2013; HC 163833/SP, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, DJe 15/06/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 531)

6. Quando o agente no exercício irregular da medicina prescreve substância caracterizada como droga, resta configurado, em tese, o delito do art. 282 do Código Penal - CP, em concurso formal com o do art. 33, *caput*, da Lei n. 11. 343/2006.

Julgados: HC 139667/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 01/02/2010; HC 9126/GO, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 13/08/2001 p. 265;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 420)

7. É cabível a aplicação cumulativa das causas de aumento relativas à transnacionalidade e à interestadualidade do delito, previstas nos incisos I e V do art. 40 da Lei de Drogas, quando evidenciado que a droga proveniente do exterior se destina a mais de um estado da federação, sendo o intuito dos agentes distribuir o entorpecente estrangeiro por mais de uma localidade do país.

Julgados: AgRg no REsp 1744207/TO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 01/08/2018; HC 214942/MT, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 28/06/2016; REsp 1297093/MS (decisão monocrática), Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, publicado em 21/11/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 586)

8. Para a configuração do crime de associação para o tráfico de drogas, previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/2006, é irrelevante a apreensão de drogas na posse direta do agente.

Julgados: HC 441712/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 12/03/2019; RHC 93498/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; HC 432738/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 27/03/2018; HC 137535/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 07/08/2013; HC 148480/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe 07/06/2010;

(Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 35)

9. Em se tratando de condenado pelo delito previsto no art. 14 da Lei n. 6. 368/1976, deve-se observar as reprimendas mínima e máxima estabelecidas pelo art. 8º da Lei n. 8.072/1990 (3 a 6 anos de reclusão), por ser norma penal mais benéfica ao réu, impondo-se, inclusive, se for o caso, a exclusão da pena de multa.

Julgados: AgRg no AgRg no REsp 1455188/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 26/02/2019; AgRg no HC 352535/PE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 18/04/2018; HC 237043/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 27/08/2014; HC 264136/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 30/04/2013; HC 137144/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 11/04/2011; HC 79258/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 12/05/2008;

10. A expropriação de bens em favor da União, decorrente da prática de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, constitui efeito automático da sentença penal condenatória.

Julgados: AgInt no AREsp 1368211/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 14/03/2019; AgRg no AREsp 1333058/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 19/12/2018; AgRg no AREsp 580102/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 04/05/2018; REsp 1133957/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 01/02/2013; REsp 1380428/SC (decisão monocrática), Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, publicado em 22/03/2019; REsp 1744582/MT (decisão monocrática), Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, publicado em 03/08/2018;

(Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 63) (Vide Repercussão Geral - Tema 399)(Vide Repercussão Geral - Tema 647)

11. Não viola o princípio da dignidade da pessoa humana a revista íntima realizada conforme as normas administrativas que disciplinam a atividade fiscalizatória, quando houver fundada suspeita de que o visitante esteja transportando drogas ou outros itens proibidos para o interior do estabelecimento prisional.

Julgados: HC 460234/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 20/09/2018; AgRg no REsp 1687496/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 27/03/2018; AgRg no REsp 1696487/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 26/03/2018; REsp 1523735/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 26/02/2018; HC 381593/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 19/05/2017; HC 238973/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 05/09/2012;

(Vide Repercussão Geral - Tema 998)